

ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

IMPOSTOS

Classe produtora de MS rejeita proposta de Refis do Funrural

Lideranças criticaram parcelamento dos débitos

RENATA PRANDINI

A classe produtora rejeitou a proposta do governo federal para a criação de um programa de parcelamento de 15 anos da dívida do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O novo Refis é uma tentativa da União de negociar com a bancada ruralista para garantir os 308 votos necessários à aprovação da reforma da Previdência na Câmara. Composta por aproximadamente 100 parlamentares, a bancada ruralista é uma das mais poderosas no Congresso e a questão do Funrural virou moeda de troca para a reforma.

A proposta do governo deverá ser apresentada na próxima semana e a previsão é de que conceda desconto de juros e multas aos produtores rurais. Os valores do benefício ainda estão sendo definidos.

Mesmo com possibilidade de descontos, a proposta não agradou a representantes da classe produtora. Segundo o presidente da Frente Nacional da Pecuária (Fena-



Saiba

Como é cobrado o Funrural

O chamado Funrural é uma contribuição social destinada ao custeio e financiamento da seguridade social dos trabalhadores rurais, incidente sobre o valor de comercialização dos produtos agrícolas, sob a alíquota de 2,1% da receita bruta obtida

(pec), Francisco Maia (Chico Maia), a criação do Refis não atende à proposta apresentada à frente parlamentar. "As nossas tratativas são para que o governo fizesse uma remissão da dívida de cinco anos. Nos últimos cinco anos, havia um entendimento de que o Funrural era inconstitucional. Tínhamos mais de 30 liminares nesse sentido. Então, não foi recolhido pelo produtor. Agora, ele chega no pior momento.

Quando a saca de soja despencou de R\$ 80 para R\$ 50, quando a arroba do boi está travada; 2,3% de imposto é praticamente o nosso lucro", destacou.

O Funrural, explicou Maia, foi criado em uma época diferente, na década de 70, "em que a maioria dos trabalhadores rurais não era registrada". "Hoje, todos são registrados. [Essa lei] não tem mais sentido", disse.

Para o pecuarista, o momento é de discussão, não de parcelamento. "O ideal é remissão do atrasado e discutir uma nova proposta. Se vai ter reforma, a previdência rural vai ter de ser contemplada de forma diferente. Para nós, o parcelamento está fora de questão. Não é hora de remendo, mas de fazer alguma coisa mais consistente".

Também se mostrou contrário à proposta do Refis o presidente da Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Jonathan Pereira Barbosa. "Não podemos concordar com retroatividade nem com parcelamento. Esses 2,3% não dão margem



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

IMPOSTO. Funrural foi tema de audiência nesta semana, no Senado, com a presença de produtores

ao produtor. Podemos estudar uma composição do momento em que se decidiu pelo pagamento para frente. Parcela também é dinheiro, o produtor não tem como lançar essa conta. Podemos, quando muito, pensar em compor o futuro", destacou.

Jonathan informou que a Acrissul está preparando jurídica e politicamente argumentos contra a proposta de parcelamento da dívida do Funrural. "A arbitrariedade [do Funrural] é que eles querem cobrar sobre a produção. Se é para atender ao empregado, por que tem que ser sobre a produção? Teria que ser pela folha de pagamento. Agora, eles querem cobrar a toda ho-

ra que se vende o produto. O que é isso, ICMS?", disse.

PROPOSTA

A proposta de parcelamento da dívida vai ao encontro de um pedido da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que pedia também a isenção de juros e multas. O passivo do Funrural pode chegar a R\$ 10 bilhões, a equipe econômica não concordou com a remissão dos débitos, alegando risco de o governo cometer crime de responsabilidade fiscal. Por isso, chegou a um acordo de parcelamento de 180 meses.

A discussão sobre a cobrança do Funrural entrou nas negociações da reforma depois que o Supremo Tribunal Fede-

ral declarou constitucional a cobrança do fundo do empregador rural pessoa física. O Funrural é, para o setor rural, o equivalente à contribuição à Previdência. O parecer do relator da proposta da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), proíbe a concessão de novos incentivos tributários com contribuições previdenciárias.

Por meio de assessoria de imprensa, a deputada federal Tereza Cristina informou que vai aguardar a publicação da Medida Provisória (MP) do Refis para se pronunciar sobre o assunto. A expectativa é de que a proposta seja publicada no início da próxima semana.

INTENÇÃO

Azambuja define com Bolívia compra de gás

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) e o presidente da Bolívia, Evo Morales, acertaram, ontem, os termos do futuro acordo para a compra direta do gás natural boliviano pelos estados que compõem o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (Code-sul). O encontro foi realizado na cidade de Santa Cruz de La Sierra e contou com a participação do governador de Mato Grosso, Pedro Taques. Embora não seja integrante do bloco, Mato Grosso tem interesse direto na manutenção da importação do gás boliviano.

No encontro, o presidente boliviano designou o ministro de Hidrocarburos Y Energía, Luis Alberto Sanches Fernandez, e o vice-ministro de Industrialização, Comercialização, Transporte e Armazenamento de Hidrocarboneto, Oscar Barriga Arteaga, para conduzirem as negociações com uma comissão técnica, formada pelos secretários Jaime Verruck (Desenvolvimento) e Marcelo Miglioli (Infraestrutura) e o diretor-presidente da MSGás, Rudel Trindade, além de um representante do governo de Mato Grosso.

"O encontro foi praticamente dividido em duas etapas. Em uma delas, discutimos a questão do gás natural, com a criação de um grupo de trabalho para organizar não apenas a formação de um consórcio das distribuidoras da região Sul como também o abastecimento das nossas termicas, de MS e MT. O segundo grupo vai trabalhar

na questão de importação de ureia. A Bolívia é produtora do insumo e esse grupo pretende traçar toda a logística necessária. A reunião acabou à tarde e o resultado foi fantástico", disse Trindade.

Segundo o diretor-presidente, neste primeiro encontro, chegou-se a falar de volume e preços de mercado. No entanto, ele disse que, para que as negociações avancem, agora é necessário saber quanto a Petrobras pretende continuar importando após o vencimento do contrato, no fim de 2019. "Em relação ao preço, ele está favorável para todo o mundo. Então, não há uma margem alta de negociação. Agora, os governadores se prontificaram a procurar a Petrobras para saber quanto ela pretende manter importando, uma vez que ela já sinalizou que deseja conservar de 12 milhões a 15 milhões de metros cúbicos por dia", explicou.

MEMORANDO

Os governadores de MS e MT assinaram com o ministro Fernández um memorando de entendimento em que o governo boliviano manifesta o interesse pela proposta, que prevê, além da compra de gás natural para suprimento de polos industriais e usinas termelétricas em MS e MT, a importação de ureia. As autoridades bolivianas já indicaram a planta de Cochabamba como futura fornecedora de insumos e suprimentos de gás natural.



DIVULGAÇÃO

REUNIÃO. Governador de MS Reinaldo Azambuja conversa com presidente boliviano, Evo Morales

Em nota, o governador, assim como o presidente Temer, sinalizou a concordância para a negociação direta, sem intermediação da Petrobras, signatária do contrato do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol), que vence em 2019. O presidente Evo Morales também autorizou a estatal petrolífera boliviana a negociar diretamente com as empresas de gás dos estados. No dia 22, os termos do contrato serão aprofundados com os governadores dos outros estados que compõem o Codesul. O bloco reúne, além de Mato Grosso do Sul, os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

ARRECADAÇÃO

O objetivo de MS é manter a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do gás, uma das principais fontes de arrecada-

ção do Estado. Para isso, explicou Rudel, uma das propostas é que a sede desse futuro consórcio seja instalada em Mato Grosso do Sul. "Essa ainda é uma proposta, que precisa ser definida com os outros estados. Mas a ideia é que a sede seja no Estado. Assim como a Petrobras tem uma sede em Corumbá", destacou.

Inicialmente, esse consórcio importaria de seis milhões a dez milhões de metros cúbicos por dia da Bolívia - o volume dependerá de quem vai fornecer para as usinas termelétricas do bloco. Somente no Estado, são duas usinas, que consomem média de 2,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural.

VENDA

No entanto, até 2019, pode ser que o governo do Estado venda os ativos e privatize a Companhia de Gás de Mato

Grosso do Sul (MSGás). A possibilidade faz parte das condições impostas pela União para renegociar as dívidas dos estados. Além de Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Sergipe já informaram que pretendem contar com a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a formatação do modelo de privatização das companhias de gás. Em nota, o governo do Estado informou que o estudo do BNDES não obriga o Estado a privatizar a MSGás, apenas indica o caminho, o modelo, que poderá ser adotado caso a decisão seja pela transferência dos ativos à iniciativa privada, negociação que deve ocorrer em meados de 2018. (RP)

PEIC

Cai número de famílias endividadas na Capital

ROSANA SIQUEIRA

O índice de famílias campo-grandenses com dívidas, como cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros, no mês passado foi de 60,3%, diante de 61,2% em março. Com isso, o total de endividadas ficou em 182,3 mil famílias. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e mostram que em abril o endividamento caiu.

"O índice dos que informaram que têm contas em atraso ficou estável, em 34,2%, porém, desta vez, 16,4% mencionaram que não terão condições de pagar, diante de 14,9% em março", observa Edison Araújo, presidente do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPF-MS), da Fecomércio-MS.

O cartão de crédito é citado como meio de endividamento por 61% dos entrevistados; os carnês, por 27,9%; e 16,3% mencionam o financiamento de veículo.

Já a inadimplência avançou para 34,2% diante de 34% de março, totalizando 103,3 mil pessoas com contas em atraso na Capital.